

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG14 Estado e burguesia no Brasil

Frações da Burguesia em debate: elementos sobre grupos econômicos no Brasil

Nátaly Santiago Guilmo

Mestre - Doutoranda

UNICAMP – Bolsista CAPES

nataly.santiago27@gmail.com

Este artigo irá apresentar resultados preliminares da pesquisa de tese sobre o capital internacional no Brasil, onde iremos caracterizar este setor na política contemporânea brasileira em diálogo com conceitos de bloco no poder, hegemonia, fração de classe e buscando contribuir com a caracterização do neodesenvolvimentismo e sua crise na conjuntura recente. Para realizar a caracterização política do capital internacional buscamos documentos de associações patronais e entrevistas com empresários de grupos econômicos internacionais no país, para a caracterização econômica do capital internacional trabalhamos com dados do anuário “Maiores Grupos” da revista EXAME formulado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI)¹. Com base nesta análise, encontramos alguns elementos para contribuir no debate sobre fracionamento de classe, iremos apresentar esses dados após realizar uma introdução teórica que fundamenta nossa pesquisa.

Ao analisar politicamente as sociedades capitalistas, Karl Marx (2008) irá além da cena política superficial buscando compreender a essência dos conflitos entre classes sociais. Nesse sentido, cada classe é caracterizada como heterógena com disputas e diferenças que podem ocasionar o fracionamento de classes, pois possuem interesses políticos divergentes com base nas condições materiais de vida e nas formas de propriedade, mas ao mesmo tempo reforçada e justificada pelo modo de pensar e relações sociais construídas. Assim, as classes se fracionam de acordo com as estruturas políticas, sociais, jurídicas e econômicas e cabe ao Estado organizar a dominação de classe, de tal modo, “o sistema de Estado é composto por vários aparelhos ou instituições dos quais alguns têm um papel principalmente repressivo, no sentido lato, e outro um papel principalmente ideológico” (POULANTZAS, 1975 p. 28 - 29). Esses aparelhos repressivos e ideológicos são relacionados entre si e com o poder estatal, porém atuam com relativa autonomia, bem como o Estado.

A relativa autonomia do Estado considera que o objetivo final do poder estatal em sociedades capitalistas, será manter a ordem estabelecida de dominação burguesa. Porém, entendemos que as classes e frações dominantes formam blocos, alianças e disputam a hegemonia deste processo conformando governos e atuando no Estado.

¹ Agradecemos ao FIPECAFI pela disponibilização de dados para a pesquisa.

O resultado da intervenção do Estado concretiza os conflitos potenciais de frações, enraizados na esfera econômica. As frações se aglutinam para defender ou rejeitar certas medidas. Em outras palavras, os grupos diferenciados na esfera econômica não se concretizam, de imediato, no plano político; eles teriam um caráter apenas potencial. (FARIAS, 2009 p. 82)

Poulantzas (1977; 1975) irá desenvolver a análise das frações de classe, demonstrando que não existe um modelo universal para caracterizar as frações, sendo necessária a observação dos efeitos pertinentes para identificá-la. Podendo ocorrer por divergências regionais dentro de um país; por questões setoriais; entre pequeno, médio e grande capital; e por sua relação com o capital imperialista que Poulantzas irá caracterizar como burguesia nacional, a burguesia interna, a burguesia associada e capital imperialista.

A identificação das frações de classe para Poulantzas está relacionada com a observação das disputas de hegemonia no bloco no poder, o autor considera que o Estado e as classes dominantes possuem uma relativa autonomia através da qual a burocracia estatal e os governos agem para garantir a estabilidade e equilíbrio, mesmo que instável, do Estado. Assim, a existência do “bloco no poder, independe de acordo político explícito, já que se trata de uma comunidade de interesses cuja unidade é garantida pelo aparelho de Estado” (FARIAS, 2009 p. 82). Essa unidade é baseada pela situação comum das frações participantes do bloco, a posse dos meios sociais de produção e partilha de objetivos políticos gerais, tornando a relação do bloco no poder mais profunda que uma aliança.

Entendemos que na política brasileira a relação com o projeto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é um elemento prioritário para o posicionamento da classe burguesa e deste modo, nosso trabalho se soma ao grupo de pesquisa que ficou conhecido como Escola Poulantzana de Campinas (PERISSINOTTO, 1994; FARIAS, 2010; SOUZA, 2001; BOITO, 1989, 2007, 2010; DÉCIO, 2001; BERRINGER, 2015; MARTUSCELLI, 2015).

Uma formação social é dominada e dependente quando a articulação de sua própria estrutura econômica política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas, com uma ou várias formações sociais que ocupam em relação a primeira uma situação de poder. A organização das relações de classe e dos aparelhos de Estado na formação dominada e dependente reproduz em seu seio a estrutura da relação de dominação e, assim, exprime de maneira específica as formas de dominação que caracterizam a (ou as) classes no poder

na (ou nas) formação social dominante. Esta dominação corresponde a formas de exploração ao mesmo tempo indiretas (pelo lugar da formação dominada na corrente imperialista). (POULANTZAS, 1975, p. 46).

Essa observação das disputas entre as frações de classe burguesa, sempre deve levar em consideração que diante de grandes perigos para a manutenção da ordem é possível um rápido alinhamento entre as frações de classe, que atuam para defender seus interesses fundamentais frente à classe operária ou para obter uma ação do Estado na busca dessa estabilidade.

Na conceituação de Poulantzas, a burguesia nacional é o setor burguês que irá atuar de forma organizada na defesa de um projeto nacionalista de desenvolvimento. A teoria política brasileira clássica é marcada pelo debate sobre o papel da burguesia nacional. Diversos autores, como Nelson Werneck Sodré (1978), baseados na linha do Partido Comunista Brasileiro v o defender a tese de que um setor da burguesia brasileira seria nacionalista. Essa tese que se demonstrou equivocada, pelo desenvolvimento histórico, e teve grande influencia na ciência política brasileira como Diniz e Boschi explicam;

Toda a discussão sobre o nacionalismo na década de 50 obscureceu bastante o real papel político desempenhado pela burguesia industrial e distorce ainda hoje a percep o dos analistas no que diz respeito ao entendimento de suas articula es político-econ micas com as empresas estatais e os grupos multinacionais (DINIZ & BOSCHI, 1978, p. 113).

A existência ou nega o da burguesia nacional antes de 1964 foi o foco de debates acad micos e políticos de tal maneira que desviou a análise da a o da burguesia e seus fracionamentos. No período havia empresários que defenderam projetos nacionalistas, entretanto este setor não se consolidou enquanto fra o de classe organizada no pa s². Essa observa o permite demonstrar que o fracionamento de classes trabalhado por Poulantzas necessita encontrar concretude no plano político, ele não   uma análise que pode ser copiada nas diversas conjunturas.

Ao contrário da burguesia nacional, a burguesia associada ou compradora encontra concretude na realidade política brasileira, essa fra o   caracterizada por defender os interesses internacionais na política e economia interna mesmo sendo nativa

² Defendemos em 2015 a disserta o “A atua o da Confedera o Nacional da Indústria no segundo governo Lula em rela o   legisla o trabalhista”, e no primeiro capitulo realizamos um resgate da a o politica dos empresários brasileiros no período.

ao país. Ocorre que esta fração de classe burguesa está altamente interligada com a economia internacional. “Entende-se tradicionalmente por burguesia compradora a fração burguesa que não tem base própria de acumulação do capital, que de algum modo funciona como simples “intermediária” do capital imperialista estrangeiro” (POULANTZAS, 1975 p. 76). Inicialmente este setor era caracterizado por atuar como importadores e por isso o termo compradores se consolidou como uma forma de caracterização da fração. Devido à ampliação de funções que esta fração passou a desempenhar na economia o termo foi atualizado por fração da burguesia associada, devido à sua característica de associação ao capital internacional.

A burguesia interna, que também é nativa, possui um posicionamento intermediário em relação ao capital internacional. Identificamos, por exemplo, essa posição na defesa dos investimentos estrangeiros, porém com restrições nas importações e defendendo o fortalecimento da política protecionista demonstrando interesses conflitivos ao capital internacional. Amando Boito Jr. explica o conceito

O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialista (BOITO JR, 2007 p. 60).

A burguesia interna desempenhou um papel fundamental na política brasileira como força ativa no bloco no poder (PERISSINOTTO, 1994; FARIAS, 2010; SOUZA, 2001; BOITO, 1989, 2007, 2010; DÉCIO, 2001; BERRINGER, 2015; MARTUSCELLI, 2015). O capital internacional é o único setor que não é nativo, se constituindo uma fração burguesa com origem de capital externa ao país e sua atuação política e econômica é caracterizada como imperialista. Essa caracterização é tão marcante que Poulantzas usava o termo capital imperialista estrangeiro para se referir a esta fração.

Nossa pesquisa optou por usar o termo capital internacional sem negar a característica de dominação e expansão imperialista que esta fração possui. Entretanto, a maioria dos estudos atuais que tivemos contato em nossa referência bibliográfica, utiliza o termo internacional para denominar este setor. Capital estrangeiro também costuma ser usado e pode se referir ao mesmo conceito. Todavia, optamos pela palavra internacional, pois ela carrega uma noção mais internacionalizada que apenas um capital de fora do

país, ou seja, estrangeiro. Já o termo, capital mundial ou global está relacionado a um debate amplo sobre a constituição de uma burguesia única e total que é denominada burguesia mundial ou burguesia global por não possuir fronteiras e não ter vinculações com o Estado. Martuscelli (2010) realiza uma caracterização dos principais autores que defendem essa concepção apontando os estudos de Kees Van der Pijl no livro “Transnational Classes and International Relations” de 1998 e Leslie Sklair autor de “Sociologia do Sistema Global” publicado no Brasil em 1995 e “The Transnational Capitalist Class” de 2001 esse autores vão defender a existência de uma burguesia mundial sendo para o primeiro autor composta por uma unidade formada entre a burguesia europeia e estadunidense e para o segundo abarcando toda a burguesia que passa a buscar uma ação transnacional. Já Monique Pinçon-Charlot e Michel Pinçon que publicaram em 2000 o livro “Sociologie de la bourgeoisie” e Anne-Catherine Wagner que escreveu “Les Classes Sociales dans la Mondialisation” de 2007 vão observar elementos culturais, simbólicos e ideológicos realizando uma sociologia dos altos quadros das empresas porém chegando a conclusão semelhante à Sklair e Pijl sobre a existência de uma burguesia global.

Inicialmente entendemos que podemos encontrar o capital internacional de três maneiras distintas, como “o capital estrangeiro totalmente externo, mas com interesses internos (ação externa/interna); o capital estrangeiro internalizado (atua como capital local, mas envia dinheiro para a matriz); e o capital associado (nativo e estrangeiro)” (FARIAS, 2009, p.89) sendo esse último quando a empresa possui capital misto de origem nacional e internacional. Nossa pesquisa irá observar tanto o capital misto, quando a origem internacional for majoritária na empresa, como o capital internacional totalmente externo ou internalizado. Além da forma como o capital internacional participa da economia nacional, também iremos considerar quais os seus setores de produção. Entendendo que “o imperialismo tem a tendência à interpenetração internacional dos capitais. A distinção burguesia compradora e nacional não se define como capital industrial e capital comercial e nem como capital monopolista e capital não monopolista.” (POULANTZAS, 1975 p. 76). E por isso, é necessário realizar uma observação aprofundada desta fração, em especial de sua atuação política, que se apresenta de uma maneira complexa na sociedade.

Estamos priorizando a análise das frações de classe por suas relações com o capital internacional na constituição de um projeto de desenvolvimento do capitalismo

brasileiro. Contudo, como retoma Francisco de Farias, existe um vasto sistema de fracionamento que pode considerar outras características como as principais contradições de cada conjuntura.

Dois aspectos se apresentam na questão do fracionamento da classe dominante: 1) a existência de vários sistemas de frações (múltiplas dimensões de fracionamento: as funções do capital, a origem espacial, a escala de operações etc.) e 2) as aglutinações em cada sistema de frações sucedendo-se no tempo ou apresentando se cruzadas numa mesma conjuntura. Essa forma de tratar a questão já contém uma implicação particular: a ruptura com uma visão essencialista, ou seja, como algo dado uma vez para sempre, da fração de classe. Isso porque existem várias possibilidades na arena política: a constituição, a emergência, a desapareção, o cruzamento de diferentes fracionamentos. (FARIAS, 2009, p.81)

Destarte, nossa pesquisa considera as relações com o capital internacional como prioritárias para a análise das frações de classe na atual conjuntura. Essa opção está relacionada à análise da correlação de forças no bloco no poder durante a década de 90 e a constituição, nos governos do PT, de uma frente neodesenvolvimentista por onde passou a disputa de hegemonia. Cabe caracterizar que uma frente política é diferente de um bloco no poder. Pois a frente política congrega diversos setores sociais com unidade para conquistar determinado objetivo político. Desta forma, a frente é ampla, heterogênea, permeada de contradições e considerada tática pelas forças que dela participam, isto é, os seus participantes não possuem uma afinidade estratégica, em longo prazo (BOITO JR. e BERRINGER, 2013).

Estamos falando, então, das relações de frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco e, especialmente, das vantagens políticas que a grande burguesia interna brasileira adquiriu pelo fato de ter logrado estabelecer, por intermédio da ação dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, uma aproximação com amplos setores populares. (BOITO JR. 2012 p. 4)

A aproximação da grande burguesia interna com os setores populares está relacionada ao processo neoliberal que o país passou na década de 90. Entendemos que neste período o capital internacional teve hegemonia no bloco no poder. A burguesia interna vivenciou durante a década de 90 um período inédito de exposição à concorrência. “A inflexão liberal na política de estabilização, que remonta ao início do governo Collor (1990), teve como objetivo enfrentar a crise econômica que assolou o país desde o começo dos anos 1980 até a primeira metade da década de 1990”

(MANCUSO, 2007 p. 29) e foi influenciada por interesses políticos, econômicos e ideológicos. Essa inflexão teve como medidas: privatizações e concessão de serviço público para iniciativa privada, abertura para investidores estrangeiros, disciplina fiscal, reforma administrativa, reforma tributária, alteração de prioridades para o gasto público, desregulamentação da atividade econômica e abertura comercial.

Essas ações tiveram grande impacto na grande burguesia interna, em especial a abertura econômica que ocorreu por meio de redução ou extinção das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Durante o primeiro ano do mandato de Collor, se reduziu tarifas de importação de produtos industrializados pela metade e em 1993, no governo de Itamar Franco, essas tarifas já eram incompatíveis com outros países em desenvolvimento e com os patamares da década de 80 no Brasil. O governo de Collor também acabou com programas de cotas para importação de empresas e com os regimes especiais que José Sarney implantou quando presidente³. A redução nas tarifas de importação se intensificou no fim do governo de Franco, com a efetivação do plano Real, como uma medida para frear o aumento dos preços.

A rigor, a extinção dessas barreiras, muito mais do que o cronograma de reduções tarifárias que vigorou entre 1991 e 1994, é que marca a ruptura entre o regime fechado e protecionista herdado do modelo de industrialização baseado na substituição de importações e o regime de economia aberta. (MARKWALD, 2001, p.2)

A mudança no regime econômico com implantação de medidas liberais transformou a burguesia no Brasil durante a década de 90 marcando uma profunda transformação na presença e ação do capital internacional no país. Muitas indústrias foram à falência ao competirem com os produtos importados, principalmente no ramo de autopeças, têxteis e calçados. Outras empresas foram vendidas ou se fundiram com os poucos empreendimentos que conseguiram se ajustar à nova conjuntura. Esse ajuste ocorreu buscando diminuir os postos de trabalho. Tanto concentrando as atividades como reduzindo os níveis hierárquicos. Outra medida foi terceirizar as atividades meio, que também barateia custos com a mão de obra. E o investimento em modernização das máquinas e equipamentos importados (que estavam mais baratos pelo fim das tarifas), para substituir mão de obra ou aumentar a produtividade. Programas de aperfeiçoamento

³Sarney regulou a importação com base na Lei do Similar Nacional, ou seja, tarifas reduzidas para importação apenas em produtos sem produção no país.

e controle de qualidade, bem como técnicas para economia de materiais e tempo, foram utilizados para ajustar a produção à nova conjuntura.

Em suma, falência, fusão, alienação e ajuste foram às respostas oferecidas pelas empresas industriais do país, que não ficaram imunes ao cenário da concorrência ampliada que prevaleceu nos anos 1990. O resultado do doloroso processo de adaptação foi uma estrutura industrial depurada, entretanto o Brasil não presenciou um movimento de desindustrialização. (MANCUSO, 2007 p. 39).

Na realidade, diversos autores como Markwald (2001), saúdam as medidas econômicas da década de 90 como responsáveis pelo ajuste que aumentou a produtividade da indústria brasileira. De fato, a produtividade é calculada como a razão entre as horas trabalhadas pagas e a produção física ou a razão entre a produção física e a mão de obra envolvida no processo. E as empresas que sobreviveram à década de 90 diminuíram a mão de obra e/ou produziram mais com a mesma mão de obra e no mesmo tempo.

Os ajustes realizados pela grande burguesia interna para competir com as importações não gerou um aumento do Produto Interno Bruto. No início da década de 1990 o PIB diminuiu, em comparação com os anos anteriores. Depois de três anos voltou a crescer para cair novamente em 1996 e estagnar em 1998. Enquanto isso, “a participação do capital estrangeiro no valor da produção brasileira saltou de 10% do PIB em 1995 para pelo menos 15% em 1998” (BIRCHAL, 2004 p. 13). Além disso, gerou altos índices de desemprego e falência de empresas, as empresas de capital nacional e público perderam espaço, e se antes eram responsáveis por quase 70% do que era vendido pelas 500 maiores empresas, “com a privatização das empresas estatais e a globalização da economia brasileira na década de 1990, (...) as empresas estrangeiras, (...) passam a controlar quase metade das vendas das 500 maiores empresas no país” (BIRCHAL, 2004 p. 2).

A abertura comercial gerou uma forte desnacionalização das empresas nos anos 90, afetando tanto as maiores empresas de capital estatal como as de capital privado nacional. “Este é, provavelmente, um processo irreversível, que, se por um lado pode trazer benefícios de curto prazo para a economia brasileira, por outro, traz preocupações importantes para o desenvolvimento futuro do país” (BIRCHAL, 2004 p. 25). A desnacionalização ocorreu por meio da falência, venda das empresas nacionais e

privatização das empresas estatais. Ou seja, ao contrário da internacionalização do parque industrial que ocorreu no Brasil entre 1950 a 1970 onde indústrias estrangeiras foram abertas no país, na década de 90 o processo não ocorreu por meio de investimentos externos em empresas novas.

Há evidências, também, de que o Brasil passou a integrar de forma mais intensa a divisão internacional do trabalho, absorvendo, principalmente, as operações de montagem de menor valor agregado e transferindo para as nações mais desenvolvidas parte das atividades mais nobres de pesquisa e desenvolvimento. Se isto for verdadeiro, a nossa capacidade de geração de novas tecnologias, e, por consequência, o nosso crescimento de longo prazo, pode estar em larga medida comprometida. (BIRCHAL, 2004 p. 26)

A articulação da grande burguesia interna buscou a flexibilização trabalhista como saída aos diversos problemas encontrados na política neoliberal para a manutenção da lucratividade das empresas. “Ao final do segundo mandato presidencial, o empresariado encontrava-se em choque aberto com a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso. Durante o ano de 2002 o tom do discurso empresarial foi sendo elevado a cada choque” (BIANCHI, 2010 p. 256).

Entendemos que este processo contribuiu com a eleição de Lula, com a aproximação em sua campanha de setores da burguesia insatisfeitos com os governos FHC e, posteriormente, na constituição de uma frente neodesenvolvimentista. Que não buscava mais alterar a legislação trabalhista, mas aplicar uma série de medidas protecionistas e investimentos do Estado (como no Programa de Aceleração do Crescimento e com o investimento no Banco Nacional do Desenvolvimento). Assim, a grande burguesia interna foi hegemônica no bloco no poder durante os governos do PT. Na constituição de um projeto desenvolvimentista de novo tipo, caracterizado como neodesenvolvimentista.

Busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. E por que empregar o sufixo neo? Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são grandes. O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal (BOITO JR. e BERRINGER, 2013 p. 32).

Entendemos que o neodesenvolvimento no período dos governos do PT favoreceu uma fração de classe em especial, que possuía hegemonia no bloco no poder, a grande

burguesia interna. Em detrimento dos interesses de outras frações da classe burguesa que disputaram a hegemonia neste período, a burguesia associada e o capital internacional. Essa afirmação contraria a tese de “um sistema econômico mundial coordenado e regido estritamente de acordo com os interesses das grandes corporações transnacionais, as quais supostamente teriam tomado o lugar dos Estados nacionais na articulação das diretrizes econômicas e políticas internacionais” (MARTUSCELLI, 2010, 34). Pois, o capital internacional não teria a hegemonia da política e economia brasileira e, tampouco, o controle do Estado, considerando a autonomia relativa do Estado.

Durante os governos neoliberais o capital internacional hegemonizava o bloco no poder na defesa do neoliberalismo. Com os governos do PT a hegemonia passa para grande burguesia interna na defesa de um projeto neodesenvolvimentista. O último governo de Dilma é marcado por uma crise política influenciada pela crise econômica mundial e pela ação coordenada de setores da burguesia interna e internacional. Esse processo indica uma profunda crise de hegemonia no bloco no poder. Marcada pelo Governo Temer que, de forma instável, passou a favorecer os interesses internacionais.

Durante o governo Temer uma série de mudanças na política de conteúdo local, de partilha da Petrobrás, de privatizações e concessões favoreceram interesses dos setores internacionais. Uma parcela que antes era afastada do mercado brasileiro por várias regulamentações que protegiam as empresas nativas, especificamente a fração da burguesia caracterizada por Armando Boito Jr. (2007, 2012) como grande burguesia interna. Um exemplo deste processo pode ser evidenciado na matéria do portal de notícias G1 em setembro de 2016 sobre o posicionamento do atual secretário geral da Presidência da República, Moreira Franco (PMDB).

O governo não fará “nenhuma restrição” à participação de empresas estrangeiras nos leilões. E que não haverá necessidade de que elas se associem a grupos nacionais para a disputa. De acordo com ele, o governo quer elevar a competição pelos ativos. Empresas estrangeiras sempre reclamaram de dificuldades impostas na hora de disputarem os leilões de infraestrutura no Brasil (AMATO; LIS; CASTILHOS, 2016).

O governo Temer é marcado, atualmente, pela realização da reforma trabalhista e da reforma da previdência, contudo também tem realizado uma reforma no protecionismo brasileiro. Se por um lado amplos setores da burguesia apoiam as reformas trabalhistas e da previdência, o governo Temer e seus aliados são pressionados pela

burguesia interna contrária as ações que privilegiam interesses do capital internacional. Ficou evidente o apoio de Paulo Skaf enquanto presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) ao processo que instituiu Temer presidente do país, a campanha da FIESP sobre quem iria pagar o pato na crise demonstrou esse posicionamento. Entretanto, Skaf divulgou em 2017 um texto na Folha de S. Paulo com críticas os retrocessos na política de conteúdo local no governo Temer, mas se diferenciando de setores ultra protecionistas, apoiando a entrada de capital internacional como forma de investimento externo⁴. Nesse mesmo sentido, César Prata, representante da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), ao realizar sua exposição no Seminário “Política industrial para petróleo e gás: qual o rumo a seguir?” organizado pela Fundação FHC em março de 2017, falou sobre a proposta de diminuição dos índices de conteúdo local que são exigidos nas concessões públicas para a produção de plataformas marítimas da Petrobrás. César Prata se posicionou contrário à proposta do governo Temer que quer realizar uma grande redução na exigência de participação nacional na produção industrial para a Petrobrás. E, além disso, o governo planeja aceitar que a participação nacional ocorra só com serviços, ou seja, permitindo importar todo o material e apenas montar no Brasil. Com base nesse debate, César Prata comentou sobre a redução índice de participação nacional na produção da Petrobrás que;

É a nossa pedra no sapato. O que estamos oferecendo para o governo hoje é uma tregua. Inclusive fica o recado para meu amigo [Antônio Guimarães]. É o seguinte, se não mexer nesse último índice abrindo ele em dois, 25% em serviços e 25% para bens, é guerra! Está mexendo com o nosso bolso, está mexendo com um milhão de empregos. Nós vamos brigar até morrer! (informação verbal - FUNDAÇÃO FHC, 2017)

Na ocasião na qual César Prata proferiu sua palestra, também estava na mesa Antônio Carlos Guimarães, Diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e Gerente de Coordenação Upstream Brasil da Shell, que defendeu a redução do conteúdo local, criticando a opinião da ABIMAQ. Essas três

⁴ “O que está equivocado é o entendimento sobre o papel das instituições de Estado, que é justamente definir e implementar políticas capazes de gerar empregos de qualidade, além de investimentos e conhecimento tecnológico para o país. Isso é política de Estado, especialmente necessária num momento de crise como este. (...) A instalação e a manutenção de empresas no Brasil, em qualquer setor da economia, sem importar a origem de seu capital, são fundamentais para gerar novos postos de trabalho. A política de conteúdo local tem o mérito de atrair investimentos para o país. Não compartilhamos dos ideais ultra protecionistas, reaparecidos recentemente. No entanto, a defesa da indústria brasileira, independentemente de sua origem de capital, é fundamental para o crescimento e desenvolvimento do país.” (SKAF, 2017)

citações servem para exemplificar divergências que observamos dentro da burguesia sobre assuntos referentes à forma e quantidade de participação do capital internacional no país, ressaltamos que não há posição contrária à existência dessa participação. Por outro lado, o capital internacional também está articulado para conquistar seus interesses no país, embora não possua um projeto que pode ser totalmente apresentado para sociedade⁵, pois envolve a diminuição de soberania nacional e do desenvolvimento técnico do país, em nossas pesquisas foi possível identificar nove reivindicações principais para o capital internacional:

1. A forte diminuição das barreiras e regulamentações protecionistas;
2. A abertura para o capital internacional de privatizações e concessões;
3. Mudança na política externa;
4. Abertura do sistema financeiro brasileiro;
5. Taxa de juros elevada;
6. Redução de impostos;
7. Precarização trabalhista;
8. Aumento da segurança jurídica (para o capital internacional...);
9. Diminuição da burocracia, fiscalização e regulamentação na circulação de capital.

Dentre as nove reivindicações, entendemos que nas primeiras quatro proposições os interesses do capital internacional são divergentes dos interesses da grande burguesia interna, já os pontos 5, 6 e 7 são consensuais entre esses setores. Os dois últimos pontos são encontrados nos discursos das duas frações, porém podem funcionar como um sistema de peso e contrapeso, aumentar a segurança jurídica para o capital internacional pode significar diminuir essa segurança para a burguesia interna, por exemplo.

O capital internacional se organiza na política brasileira através de associações, participando de diversas entidades, porém sendo representados por alguns sindicatos patronais e organizações sem fins lucrativos (fundações, institutos) e entidades

⁵A criação de uma vontade coletiva nacional desenvolvimentista esteve em diversos momentos da política brasileira em antagonismo a um projeto dependente, inteiramente associado aos interesses do capitalismo internacional. Acreditamos que exista uma disputa histórica de hegemonia, na acepção Gramsciana (2012) que envolve o todo da sociedade, sobre o projeto de desenvolvimento do Brasil. Uma observação inicial nos demonstra que o interesse do capital internacional encontrou, em geral, apoio dos grandes meios de comunicação, apresentado para sociedade de forma superficial e ao mesmo tempo gerando uma invisibilidade da essência deste projeto. Ao contrário dos interesses da grande burguesia interna que passou a atuar em entidades patronais e a realizar estudos e campanhas políticas para conquistar seus interesses. Identificamos, também, que essa disputa de hegemonia no sentido gramsciano, é distinta, mas está relacionada à disputa de hegemonia dentro do bloco no poder entre as frações de classe, ou seja, no sentido de hegemonia em Poulantzas (1977).

internacionais onde as diretorias são compostas hegemonicamente por executivos de empresas do capital internacional, esses executivos também atuam como porta vozes dos interesses do capital internacional. Identificamos, que no capital internacional quem atua como representante político é contratado pela empresa e em geral possui algumas ações da empresa na bolsa de valores e participação nos lucros. Mas os proprietários das empresas não estão em território nacional. Entretanto, na maioria das vezes os empresários não atuam politicamente apenas como representante das empresas. Eles se identificam como representantes de institutos e associações de seus respectivos setores, na maioria das vezes essa identidade aparece mais do que o cargo que ocupam em empresas internacionais. Como exemplo, podemos citar a atuação política de Antônio Carlos Guimarães, citado anteriormente, que é Diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e executivo da Shell. Por esse motivo, é importante mapear onde os diretores do capital internacional estão atuando politicamente. Como já comentamos, a atuação de empresas internacionais ocorre legalmente por meio de associações e instituições setorializadas como observado por Ary Minella em seu estudo sobre os maiores bancos privados no Brasil. O autor usa o termo redes transassociativas para designar essa movimentação.

Poderíamos assim falar de uma rede *transassociativa* no sistema financeiro e da possibilidade de uma atuação articulada desses grupos na busca de definição de estratégias comuns para as Associações de Bancos na América Latina. O significado dessas redes pode ser interpretado de várias formas: a) indica e reforça assimetrias de poder corporativo no sistema financeiro internacional; b) expande a possibilidade de posicionamentos e atuações coordenadas na América Latina; c) cria um canal privilegiado de fluxo de informação especialmente para as grandes instituições financeiras internacionais. Além disso, por meio das associações de classe local, os bancos estrangeiros internalizam seus interesses e ganham representatividade nas negociações com o governo e com outros segmentos empresariais (MINELLA, 2007, p. 106 - 107).

Existe uma busca por influenciar o máximo as associações e também evitar grandes polarizações e conflitos, como Minella demonstra. Contudo, também já identificamos que algumas instituições representativas⁶ possuem em suas mesas diretoras

⁶ Acreditamos que ao contrário da grande burguesia interna, o capital internacional também participa de instituições representativas de setores que não estão inseridas diretamente na estrutura do sindicalismo patronal brasileiro (confederações, associações e sindicatos). Por isso, usamos o termo instituições representativas para designar tanto entidades do sindicalismo patronal como organizações autônomas desta estruturação (institutos, câmaras, fundações), mas que possuem atuação e função política semelhante.

executivos do capital internacional que influenciam os interesses que essas instituições vão defender. O resultado parcial⁷ dessa primeira observação está apresentado na tabela 1.

Tabela 1: Mapeamento das instituições representativas do capital internacional no Brasil	
Setor	INSTITUIÇÃO
Comércio Exterior	Amcham
	Comex do Brasil
	Thomsonreuters
	Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB
Petróleo	IBP
Financeiro	International Monetary Fund (IMF)
	Associação Brasileira De Bancos Internacionais
	Brazil: Excellence in Securities Transactions best
	Instituto Brain (Brasil Investimentos & Negócios)
	Federação Ibero-Americana de Fundos de Investimento
	IOSCO Organização Internacional da Comissão de Valores
	Conselho Internacional das Associações de Valores Mobiliários. ICSA
	Associação Internacional de Mercado de Capitais ICMA
	Conselho Deliberativo do ISE (Cise), da BM&FBovespa
Automotivo	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA
	ABEIVA (Associação Brasileira Das Empresas Importadoras De Veículos Automotores)

Fonte: Elaboração própria

Selecionamos dados dos 200 maiores grupos no Brasil de 2015, 2016 e comparamos com 2010 para identificar diferenças nos processos com os anos mais recentes. Analisamos a presença do capital internacional nesses grupos, como eles se dividem entre os setores de atuação e a divisão de suas ações. Ao observar a presença do capital internacional com base em quais países possuem o controle acionário de cada grupo, identificamos elementos que dialogam com a teoria sobre a composição de uma burguesia transnacional baseada nos grandes conglomerados.

⁷Com o desenvolvimento da pesquisa queremos completar essa tabela adicionando nas linhas os setores que iremos trabalhar, com base na caracterização econômica. Acrescentando uma coluna sobre que empresas estão representadas nas diretorias. Além de ampliar o quadro de associações do sistema patronal, e também de institutos, fundações e organizações sem fins lucrativos e órgãos internacionais como o Banco Mundial, Davos e outros que também possuem papel relevante na representação política do capital internacional.

Tabela 2 - Participação na Receita Líquida dos 200 maiores grupos por origem do capital						
Controle acionário das empresas	2010		2015		2016	
	%	US\$ mil	%	US\$ mil	%	US\$ mil
Capital Internacional	39%	388927944	36%	261705666	40%	295559667
Capital Nativo	61%	624045185	64%	458591908	60%	451114462

Fonte: FIPECAFI / EXAME. Elaboração da autora

A tabela 2 apresenta dados que reafirmam a importância econômica do capital internacional no Brasil, porém a diferença entre todos os grupos internacionais frente aos grupos nativos ainda é relevante para possibilitar uma disputa pela hegemonia econômica e política. Além de levantar questionamentos sobre a possibilidade de uma composição burguesa transacional, sem considerar as frações burguesas nativas e disputas entre setores e interesses divergentes. Ainda mais se consideramos a origem de cada país do capital internacional como demonstramos na tabela 3.

Tabela 3 - As quatro maiores receitas por origem de controle acionário e suas respectivas receitas (% e US\$)								
2010			2015			2016		
Origem	%	Receita	Origem	%	Receita	Origem	%	Receita
Brasileiro	61%	624045185	Brasileiro	64%	458591908	Brasileiro	60%	451114462
Americano	5,9%	60022841	Francês	6,4%	46740291	Espanhol	6,6%	49464800
Espanhol	5,7%	58060028	Espanhol	5,5%	39959940	Francês	6,4%	48404484
Francês	4,0%	40736536	Americano	4,8%	35163986	Americano	6,1%	45801385

Fonte: FIPECAFI / EXAME. Elaboração da autora

Os dados preliminares encontrados em nossa pesquisa indicam que existem diferenças e disputas entre países na inserção e crescimento dentro da economia brasileira. Ao detalharmos a análise identificamos que os grupos internacionais possuem atuação nos mesmos setores na economia brasileira, possibilitando uma disputa de mercado e dificultando a composição de uma classe unificada transnacional.

Em nossa observação identificamos que os grupos estão, em geral, centralizados em poucos setores de atuação. O que diverge da tese que defende o fim do fracionamento de classes pela multisetorização dos conglomerados, ou seja, investimento em distintos setores de acordo com a rentabilidade. Identificamos que o peso da experiência em administrar uma empresa em um determinado setor, o ativo não circulante e o peso

construído pela marca são elementos que atrapalham na fluidez na multisetorização da burguesia.

Os dados levantados pela FIPECAFI demonstram a porcentagem que cada grupo possui em determinado setor. Dentre os duzentos grupos os números são variados e por questões didáticas aproximamos cada porcentagem em múltiplos de cinco.

Tabela 4 - Concentração dos 200 maiores grupos em um determinado setor (%)			
Maior nível de Concentração do grupo em um determinado setor	2010	2015	2016
35	0,50%	0,00%	0,00%
40	0,00%	0,00%	0,50%
45	0,50%	1,00%	0,50%
50	1,00%	1,00%	0,00%
55	2,50%	0,00%	0,50%
60	2,00%	3,00%	3,00%
65	1,00%	1,50%	1,00%
70	4,00%	1,00%	0,50%
75	1,50%	1,50%	1,50%
80	2,00%	1,50%	1,50%
85	2,00%	1,50%	2,50%
90	6,50%	4,50%	4,00%
95	5,50%	3,50%	7,50%
100	59,00%	55,50%	66,50%
Não Informado	12,00%	24,50%	10,50%

Fonte: FIPECAFI / EXAME. Elaboração da autora

A tabela 4 irá demonstrar que a maior parte dos grupos irá concentrar todas as suas atividades em um único setor, ou quando possui atividades em outros setores são participações reduzidas. A quantidade de empresas com metade ou mais de sua participação em diferentes setores é de 2% e 1% em 2016. Esses dados demonstram uma extrema concentração das empresas em um único setor o que contraria a tese do fim do fracionamento de classe ou pela financeirização do capital ou pela multisetorização.

Ainda é possível argumentar que os grupos possuem uma unidade setorial, porém os acionistas estão inseridos em diversos setores. Nossa pesquisa pretende aprofundar essa análise, pois de fato identificamos que os fundos de investimentos e as

movimentações na bolsa de valores são dados fundamentais para caracterizar o capital internacional no Brasil. Porém, já é possível identificar que as empresas possuem defesas jurídicas para não perder o controle mesmo colocando suas ações à disposição na bolsa⁸. E o controle econômico e político de cada grupo e empresa é fundamental para a caracterização da classe burguesa.

Além disso, também levantamos dados sobre o controle acionário dos grupos. E existem diversos casos onde o controle está dividido dentro de uma mesma família. E a maioria dos grupos possuem suas ações concentradas em apenas um acionista. Esses elementos também colaboram na compreensão das frações burguesas dentro do capitalismo contemporâneo brasileiro. Identificamos que a apresentação desses dados preliminares pode contribuir com o debate sobre frações de classe, trazendo novos dados e apontando caminhos e limites ao debate. Os dados apresentados são preliminares e vão ser acrescidos de outras fontes e no amadurecimento de sua análise.

⁸ Um exemplo é o caso do investidor coreano Mu hakyou e sua gestora de recursos GWI que já disputou o controle das Lojas Americanas e da Saraiva contra os fundadores, proprietários e acionistas majoritários. <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-nova-briga-do-coreano/>.

Referência Bibliográfica

AMATO, Fábio; LIS, Laís; CASTILHOS, Roniara. **Leilões de privatização não terão restrição a estrangeiros, diz governo**: Temer deve lançar pacote de concessão e privatização na terça (13). 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/leiloes-de-privatizacao-nao-terao-restricao-estrangeiros-diz-governo.html>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BIANCHI, Álvaro Gabriel. **O ministério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

BIRCHAL, Sérgio. Globalização e desnacionalização das empresas brasileiras: 1990 a 1999. In: KIRSCHNER, Ana Maria; GOMES, Eduardo; CAPPELLIN, Paola (Orgs.). **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relime Dumará/FAPERJ, pp. 1 - 26. Disponível em: <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp8.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (Org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. pp. 237-263.

BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, p. 1-15, 2012.

BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, P. 57-73, Jun. 2007, v. 28, p.57-73, jun. 2007. Mensal.

BOITO JR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007. 271 p.

BOITO JR, Armando. **O golpe de 1954**: a burguesia contra o populismo. São Paulo: Brasiliense, 1984. 116 p.

BOITO JR., Armando e BERRINGER, Tatiana. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polít.** 2001, Curitiba, v. 21, n. 47. pp. 31-38

BOITO JR., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, pp. 69-106.

DINIZ, Eli. e BOSCHI, Renato. **Empresariado nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

FARIAS, Francisco Pereira de. Frações burguesas e bloco de poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 28, p.81-98, 2009.

FARIAS, Francisco Pereira. Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964), **Tese de Doutorado**, Unicamp, 2010.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel - Notas sobre o Estado e a política. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 3 v.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**.5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

MANCUSO, Wagner. **O lobby da indústria no Congresso Nacional**: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas: Edusp, 2007. 228 p.

MARKWALD, Ricardo. O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. XIII Fórum Nacional, **Instituto Nacional de Altos Estudos**, Rio de Janeiro, 2001.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A burguesia mundial em questão**. *Crítica Marxista*, n. 30, 2010. p. 29 – 38.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Crises Políticas** e capitalismo neoliberal no Brasil. Curitiba: CRV, 2015.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 197 – 338.

MELHORES E MAIORES: **Os200 maiores grupos do Brasil**. São Paulo: Abril, 2010, 2015, 2016. Anual.

MINELLA, Ari César. **Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 100-125

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**, Campinas: Editora da Unicamp, 1994

POULANTZAS, Nicos. **Classes Sociais no Capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Edições, 1975

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977

SAES, Décio. **República do Capital**, São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

SKAF, Paulo. **O ranço ideológico e a indústria brasileira**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/02/1855854-o-ranco-ideologico-e-a-industria-brasileira.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978

SOUZA, Angelita. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Anna Blume, 2001